

POTENCIAR A FRUIÇÃO CULTURAL DE PESSOAS COM DIFICULDADES INTELLECTUAIS E DESENVOLVIMENTAIS: PRÁTICAS E RECURSOS FORMATIVOS

ENHANCING THE CULTURAL ENJOYMENT OF PEOPLE WITH INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DIFFICULTIES: PRACTICES AND FORMATIVE RESOURCES

Catarina Santos

Mestre em Comunicação Acessível pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria (Leiria/Portugal). Terapeuta da Fala na Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental (APPACDM) de Coimbra (Coimbra/Portugal). E-mail: tf.ip@appacdmcoimbra.pt.

Catarina Mangas

Doutora em Ciências da Educação – Formação de Professores pela Universidad de Extremadura (Espanha). Professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais (Leiria/Portugal). ESECS, CICS.NOVA, CI&DEI, Politécnico de Leiria. E-mail: catarina.mangas@ipleiria.pt.

Jenny Sousa

Doutora em Estudos Culturais pela Universidade de Aveiro. Professora adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria (Portugal). ESECS, CICS.NOVA, CI&DEI, Politécnico de Leiria. E-mail: jenny.sousa@ipleiria.pt.

Recebido em: 22 de outubro de 2023

Aprovado em: 15 de dezembro de 2023

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RPR | a. 21 | n. 1 | p. 194-218 | jan./jun. 2024

DOI: <https://doi.org/10.25112/rpr.v1.3480>

RESUMO

O estudo, de caráter Qualitativo, analisa dinâmicas e recursos usados por espaços culturais junto de adultos com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais, a partir das práticas atualmente recomendadas e tendo em conta a perspectiva das próprias pessoas com esta condição. Inclui a observação de visitas virtuais ao Museu Nacional de Machado de Castro e ao Convento São Francisco e entrevistas semiestruturadas a dezoito participantes que frequentam três Centros de Atividades Ocupacionais da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra (Portugal). Os resultados indicam que as pessoas com dificuldades intelectuais e desenvolvimentais usufruem destas experiências quando são aplicadas respostas que atendam aos seus perfis, destacando-se a importância de um trabalho de parceria entre os espaços culturais e as instituições de apoio, na procura de soluções conjuntas que permitam uma fruição plena por parte destas pessoas. Esta colaboração deve ter início numa fase prévia à realização das visitas, para partilha de informação sobre os objetos culturais e os perfis dos visitantes e criação de soluções que permitam às pessoas com deficiência uma fruição de qualidade, em igualdade de oportunidades com a população em geral.

Palavras-chave: Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais. Inclusão social. Fruição cultural. Instituições de apoio.

ABSTRACT

The qualitative study analyzes dynamics and resources used by cultural spaces with adults with Intellectual and Developmental Disabilities, based on currently recommended practices and taking into account the perspective of people with this condition. It includes the observation of virtual visits to the National Museum of Machado de Castro and the São Francisco Convent and semi-structured interviews with eighteen participants who attend three Occupational Activity Centers of the Portuguese Association of Parents and Friends of the Mentally Handicapped Citizen of Coimbra (Portugal). The results indicate that people with Intellectual and Developmental Disabilities enjoy these experiences with quality when answers that meet their profiles are applied, highlighting the importance of a partnership between cultural spaces and support institutions, in the search for answers joint ventures that allow these people to fully enjoy it. This collaboration should begin at a stage prior to the visits, to share information on cultural objects and visitor profiles and to create solutions that allow people with disabilities a quality enjoyment, on an equal basis with the population in general.

Keywords: Intellectual and Developmental Disabilities, social inclusion, cultural enjoyment, support institutions.

1 INTRODUÇÃO

Esta investigação centra-se na promoção da acessibilidade e fruição cultural de pessoas com Dificuldades Intelectuais e Desenvolvimentais (DID) apoiadas pelos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) em Portugal. Nele, pretendemos analisar as respostas existentes em dois espaços culturais para este atendimento, à luz das práticas atualmente recomendadas, considerando a perspetiva das pessoas com DID.

Para que uma pessoa se sinta integrada, tem de saber que pode aceder a todos os contextos da sociedade, inclusivamente, o cultural. Com efeito, o acesso à cultura é um meio privilegiado para o sentimento de plenitude humana e inclusão social (Velinho; Almeida, 2023). No entanto, sabe-se que as pessoas com DID frequentam menos os espaços culturais do que as outras (Department Of Health, 2001) e que, quando os frequentam, são muitas vezes confrontadas com barreiras à participação (Badia *et al.*, 2013).

Ao longo do tempo, registaram-se mudanças de paradigma nos contextos culturais, que vieram possibilitar uma abertura a diferentes públicos, por meio da transformação das dinâmicas e do modo de comunicar (Vlachou; Alves, 2007; Santos, 2011, Nogueira; Bracchi, 2022). Em simultâneo, foram-se assinalando mudanças na forma como a sociedade passou a entender o papel das pessoas com DID, influenciando as organizações que as apoiam a reverem as suas práticas, designadamente no modo como desempenham o seu papel, passando a assumir-se enquanto facilitadores do *empowerment* destas pessoas. Assistiu-se, portanto, a um enfoque crescente na promoção da inclusão nos diversos contextos da comunidade (Cuadrado; Leal, 2013; Inr, 2019; Velinho; Almeida, 2023).

Não obstante os avanços registados, a verdade é que continua a existir um maior enfoque na eliminação de barreiras físicas no domínio da acessibilidade, secundarizando-se os aspetos inerentes a outras dimensões, nomeadamente os que dizem respeito à compreensão dos ambientes, aos equipamentos disponíveis e à relação estabelecida com os conteúdos culturais (Inr, 2019; Nogueira; Bracchi, 2022). Dentro da população com deficiência, as pessoas com DID são, por isso, as que continuam a encontrar mais dificuldades no alcance de uma vida sentida como completa e independente (Department Of Health, 2011; Cuadrado; Leal, 2013).

Para melhorar as respostas existentes, os responsáveis pela área cultural em Portugal têm vindo a publicar diversos documentos explicativos das abordagens consideradas mais corretas no atendimento ao público com DID e a difundir formações nesta área. Contudo, as práticas diárias dos contextos culturais continuam, em diversas situações, a colocar em evidência a necessidade de disseminar abordagens mais

positivas e inclusivas a um maior número de profissionais, de uma forma mais concertada (Neves, 2017), não deixando de considerar a perspectiva das pessoas com DID.

Face à realidade expressa, foi formulada a seguinte questão de investigação: “Como potenciar a fruição cultural de pessoas com DID que frequentam instituições de apoio?”. A partir da questão enunciada, foram definidos os seguintes objetivos: 1) descrever as dinâmicas e os recursos utilizados em dois espaços culturais no atendimento a pessoas com DID; 2) identificar as perceções que as pessoas com DID têm acerca da sua própria fruição cultural; 3) apresentar propostas que potenciem o acesso e a fruição de pessoas com DID a espaços culturais.

Nos pontos seguintes, será apresentado o quadro teórico relativamente à temática em estudo, seguindo-se a descrição da metodologia utilizada, bem como a análise dos resultados obtidos por meio da presente investigação.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 A CULTURA E A FRUIÇÃO CULTURAL - MUDANÇAS DE PARADIGMA NOS CONTEXTOS CULTURAIS

O conceito de cultura adquire significados diversos consoante o contexto em que é analisado (Marujo, 2014; Noronha, 2023) e abrange diferentes dimensões da vida humana, incluindo a identidade, costumes, memórias e valores conservados por uma sociedade (Silva, 2010; Cimadevila, 2023). A cultura é dinâmica e varia em função do lugar, do tempo e do comportamento de indivíduos/grupos (Marujo, 2014; Velhinho; Almeida, 2023). Na sua dimensão sociológica, é um meio privilegiado de comunicação, possibilitando a criação livre de significados, pelo artista e pelo público (Silva, 2010; Anacpd, 2016a).

A fruição está relacionada com a forma particular como cada pessoa interpreta um objeto, pela perceção sensorial e emocional, e varia em função das suas vivências, criando diferentes significados (Nogueira; Bracchi, 2022). Assim, a experiência de cada pessoa na fruição de um espaço cultural deve ser reconhecida de forma singular, em função da vivência anterior e da capacidade para se relacionar com o meio (Mineiro, 2017; Velhinho; Almeida, 2023).

A qualidade da experiência vivida num contexto cultural vai determinar a forma como a mesma é avaliada e o efeito que produz (Mineiro, 2017). Participar de uma visita cultural possibilita que a pessoa desenvolva processos interpretativos de si, dos outros e da vida em sociedade, redefinindo o lugar que ocupa nesse contexto. Esses deslocamentos individuais e comunitários são um contributo importante para a construção da sociedade em que se pretende viver (Leyton, 2018). Para que a experiência seja considerada significativa e geradora de emoções impactantes, é necessário que os espaços considerem

formas de fruição que permitam que as pessoas se identifiquem com eles (Cohen *et al.*, 2012; Nogueira; Bracchi, 2022), através da eliminação de barreiras (Neves, 2017). Os espaços culturais servem para ser fruídos e, assim, devem providenciar condições para que cada visitante se sinta confortável durante a experiência, sem desconsiderar nenhum público (Neves, 2010).

O patrimônio cultural deve, portanto, ser disponibilizado de uma forma que permita a cada visitante apreendê-lo de forma confortável, integrando novas experiências e conhecimentos nas vivências anteriores. Quando o contacto com os objetos culturais decorre deste modo, as visitas tornam-se memoráveis e originam a vontade de regressar (Mineiro, 2017; Nogueira; Bracchi, 2022; Velhinho; Almeida, 2023). Ao entrar num espaço cultural, o visitante detém um conjunto de expectativas, no que diz respeito aos aspetos físicos, aos objetos culturais e ao modo como vai poder interagir com todos os seus componentes. Para que a experiência tenha sentido, é importante proporcionar um ambiente apto a diferentes formas de perceção sensorial, pois é através dos sentidos que os visitantes desenvolvem sentimentos de apropriação/pertença (Santos, 2011; Cimadevila, 2023). Para o sucesso da experiência, é essencial considerar o perfil de cada visitante, incluindo as suas necessidades específicas, mas sobretudo as suas potencialidades (Neves, 2017).

Um contexto cultural é fruído de forma mais positiva quando são usadas técnicas que estimulem a participação dos visitantes (Velhinho; Almeida, 2023). Essas técnicas devem ser definidas de acordo com as características dos diferentes públicos e incluem: convite à participação; provocação (através de perguntas ou da visualização de objetos); relevância para o indivíduo; uso de sequências (mantendo um grau de expectativa nos visitantes); uso de imagens; recurso ao humor; reconstrução das circunstâncias ambientais onde se desenvolveram os acontecimentos retratados, na interpretação de cenários históricos (Miranda, 2001).

Existem ainda alguns aspetos que os profissionais não devem ignorar na preparação e implementação de visitas: as pessoas aprendem melhor através de uma participação ativa; as oportunidades de aprendizagem são maximizadas quando se usam os vários sentidos (uma maior diversidade de formas de transmissão da informação traduz-se em mais significados); cada pessoa apresenta uma forma peculiar de processar a informação; as novas aprendizagens constroem-se sobre as anteriores; as pessoas aprendem aquilo que para si tem mais relevância, em cada momento; existe uma maior satisfação nas descobertas que são feitas pelas próprias pessoas; as pessoas aprendem melhor a partir de experiências diretas; as perguntas ajudam a construir significados; a transmissão de informações claras no início das visitas facilita a aprendizagem; a forma como os profissionais respondem aos visitantes influencia as suas aprendizagens (Miranda, 2001).

Neste contexto, as instituições culturais têm sido impulsionadas a uma maior aproximação à sociedade e a uma adaptação dos seus conteúdos e práticas à diversidade dos visitantes (Vlachou; Alves, 2007; Santos, 2011). Apresentam-se cada vez mais como lugares que potenciam a aprendizagem, o aprofundamento da identidade cultural e social, a criação de significados e o desenvolvimento de cada visitante e comunidade (Santos; Souza, 2005; Monteiro *et al.*, 2012; Eardley *et al.*; 2016).

Sem excluir as suas funções de preservação do património, as instituições são chamadas a desenvolver iniciativas inclusivas, gerando novos públicos e contribuindo para a garantia da participação de pessoas com vulnerabilidade social na vida cultural de cada comunidade (Santos, 2011; Cardoso, 2012; Velhinho; Almeida, 2023).

Para que os espaços culturais possam edificar dinâmicas/projetos que cumpram as suas atuais funções, importa que conheçam em profundidade o público (efetivo e potencial), construindo programas que complementem as respostas já existentes e atendam a diferentes necessidades, aumentando o entendimento de que pertencem a todos, independentemente das limitações existentes (Vlachou; Alves, 2007; Sarraf, 2012).

Esta alteração na abordagem das instituições culturais corresponde a uma mudança de paradigma, levada a cabo ao longo dos últimos vinte anos e que veio sublinhar o seu papel de mediador entre as pessoas e os objetos culturais (Tojal, 2015).

2.2 A ACESSIBILIDADE CULTURAL

A acessibilidade é um conceito relacionado com a capacidade de cada pessoa para participar nos diferentes aspetos da vida em sociedade (Mineiro, 2017). É frequentemente associada à realidade das pessoas com deficiência, mas pode estender-se a todas as outras (Leyton, 2016). A promoção da acessibilidade apresenta-se como uma condição essencial para o exercício dos direitos de cidadania (European Union, 2021; Snripd, 2006), estando intimamente relacionada com o conceito de inclusão. A inclusão diz respeito a um processo através do qual os sistemas sociais comuns são adaptados a todas as pessoas, na ótica da diversidade humana – incluindo a deficiência, etnia/raça, língua, nacionalidade, género, sexualidade, entre outros (Sasaki, 2009; Cardoso *et al.*, 2013). A inclusão social corresponde à experiência de se ser reconhecido como pessoa, em toda a sua plenitude, ter oportunidade de se relacionar com outras pessoas e desenvolver um sentido de pertença (Cobigo *et al.*, 2016). Para que tal seja possível, Sasaki (2009) defende a necessidade de se atender às seis dimensões de acessibilidade: arquitetônica, metodológica, instrumental, programática, comunicacional e atitudinal. Será dado destaque às duas últimas, por serem as mais relevantes no âmbito desta investigação.

No domínio cultural, a acessibilidade existe para assegurar que as pessoas que apresentam uma determinada necessidade têm a oportunidade de desfrutar das experiências de que um espaço dispõe, realizar aprendizagens a partir dos seus conteúdos e aumentar os seus conhecimentos/vivências, a partir dessa experiência (Salasar, 2019). É necessário considerar não só os aspetos físicos e arquitetónicos, mas também outros igualmente significativos, como o domínio intelectual, que inclui o acesso à informação em formatos acessíveis, para criar condições que maximizem a compreensão e o usufruto dos ambientes e objetos, num espaço percecionado como confortável por cada pessoa que o visita (Salasar, 2019; Noronha, 2023; Nogueira; Bracchi, 2022; Velhinho; Almeida, 2023). Neste sentido, pensar num lugar acessível é equacionar um espaço aberto, em que existe um conhecimento aprofundado dos possíveis públicos e uma vontade incessante de os captar, acolher e fazer voltar (Vlachou; Alves, 2007).

O novo paradigma da museologia defende ser necessário fomentar o diálogo entre o público e os objetos culturais, permitindo descodificar os conteúdos desses objetos e reconhecer-se, por meio deles, como parte do património (Tojal, 2015). É neste âmbito que surge a dimensão comunicacional da acessibilidade. Esta considera que todos os processos de comunicação na área da cultura devem possibilitar o acesso integral ao património cultural, proporcionando estratégias de mediação que facilitem a compreensão, pelos diferentes públicos, dos conteúdos existentes nos espaços culturais, permitindo o reconhecimento de si mesmo enquanto parte desse património (Velhinho; Almeida, 2023). Este facto é fundamental, sobretudo para aqueles que, devido a situações de vulnerabilidade social, têm menos oportunidades de alcançar esse reconhecimento (Tojal, 2015). Uma das palavras de ordem desta dimensão é o diálogo com o público, cabendo aos profissionais atuar como facilitadores, com um leque de oportunidades de interpretação, flexíveis e fluidas, por parte do mesmo (Santos; Souza, 2005; Tojal, 2015). Para que esse diálogo se torne realidade, as estratégias de mediação usadas têm de incidir em meios alternativos ou complementares de partilhar conteúdos, considerando outras formas de fruição. Para tal, torna-se necessário adaptar a informação existente, tornando-a mais clara, direta e fácil de compreender, mediante a utilização de mais do que uma forma sensorial, incluindo a componente visual, auditiva e tátil, ou seja, estratégias multissensoriais (Mineiro, 2004; Sarraf, 2012; Nogueira; Bracchi, 2022; Velhinho; Almeida, 2023).

Por outro lado, as barreiras relacionadas com a acessibilidade atitudinal são aquelas que mais contribuem para o afastamento das pessoas com deficiência dos espaços culturais (Sarraf, 2012; Anacpd, 2016b). De facto, os procedimentos e comportamentos dos profissionais dos espaços culturais apresentam-se como fundamentais para a qualidade de uma visita (Leyton, 2016). Neste âmbito, o aumento do conhecimento sobre a realidade das pessoas com deficiência gera uma diminuição dos

preconceitos e atitudes discriminatórias em relação a elas (Martins, 2013), pelo que é importante que os profissionais estejam progressivamente mais preparados para atender as necessidades e particularidades da diversidade de públicos. Essa preparação é obtida pela participação em formações de sensibilização e treino relativamente ao acolhimento de pessoas com deficiência, o estabelecimento de parcerias com instituições que intervenham na área da inclusão e a consulta de pessoas com deficiência para avaliar as suas perceções sobre as diferentes respostas existentes nos espaços (Mineiro, 2004; Vlachou; Alves, 2007; Neves, 2010; Sarraf, 2012; Martins, 2013; Anacpd, 2016b; Mineiro, 2017; Salasar, 2019).

2.3 AS PESSOAS COM DID

O “Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais – DSM-5” (American Psychiatric Association - APA, 2014) denomina as dificuldades intelectuais e desenvolvimentais como incapacidade intelectual. De acordo com este recurso, este diagnóstico considera défices no funcionamento intelectual e no funcionamento adaptativo, com início no período de desenvolvimento. Os défices no funcionamento intelectual incluem dificuldades ao nível do raciocínio, resolução de problemas, planeamento, discernimento, pensamento abstrato e aprendizagem académica/pela experiência. Por sua vez, os défices no funcionamento adaptativo englobam dificuldades nos domínios conceptual, social e prático, com consequências para a aquisição de padrões de desenvolvimento e de âmbito sociocultural de independência pessoal e de responsabilidade social (Schalock *et al.*, 2021). Estes défices afetam o desenvolvimento da pessoa em atividades da vida diária, em áreas como a participação social e a vida independente, em ambientes diversificados (APA, 2014). Pode, no entanto, considerar-se estas limitações numa perspetiva socioecológica, procurando minorá-las com recurso a apoios e serviços personalizados (Alonso; Schalock, 2010).

No contexto geral da deficiência, as pessoas com DID são o grupo que continua a encontrar mais barreiras no acesso a uma vida plena em sociedade, mantendo dificuldades em tomar as próprias decisões, em expressar opiniões e em defender os seus direitos, o que resulta numa maior vulnerabilidade e segregação (Department Of Health, 2001; Cuadrado; Leal, 2013)

Para que as pessoas com DID participem, tal como desejam, nas atividades em que participam as outras pessoas (Witso; Hauger, 2018), pode ser necessária a implementação de adaptações que lhes permitam uma vivência integral das experiências, nomeadamente em comparação com as pessoas que apresentam outros tipos de deficiência (Inclusion International, 2012), o que faz com que o papel das organizações que lhes prestam apoio seja importante na promoção da defesa dos seus direitos (European Union, 2021). Esta mudança passa pela redefinição do papel dos seus profissionais, para que se tornem

facilitadores do empowerment das pessoas com DID, mudando o foco da sua missão de uma perspectiva de prestação de serviços para a prestação de apoios (Cuadrado; Leal, 2013).

2.4 ACESSIBILIDADE E FRUIÇÃO CULTURAL DE PESSOAS COM DID

Reconhece-se que as pessoas com DID têm menos oportunidades para participar nos contextos de lazer (Department Of Health, 2001), confrontando-se regularmente com limitações e barreiras à participação total. Revelam ainda, frequentemente, dificuldades na escolha de atividades recreativas, tal como acontece noutras áreas das suas vidas (Badia *et al.*, 2013).

No que concerne aos interesses e perceções das pessoas com deficiência relativamente à experiência cultural, a ANACPD (2016b) efetuou um estudo que envolveu pessoas com DID, além de pessoas com outros tipos de deficiência. Nele, muitas das pessoas referem não ter acesso a informação sobre a acessibilidade dos espaços culturais, além de sentirem que os profissionais destes espaços revelam muitas vezes uma sensibilidade menor do que seria desejado em questões relacionadas com a deficiência. Este aspeto reforça a necessidade de se apostar na formação destes profissionais sobre este atendimento, para promover atitudes menos discriminatórias.

A ANACPD (2017) desenvolveu outro estudo que pretendeu analisar as perceções dos profissionais dos espaços culturais acerca das pessoas com deficiência. Neste contexto, mais de metade dos inquiridos admitiu que o atendimento mais difícil de realizar corresponde ao dirigido às pessoas com DID, sobretudo em aspetos relacionados com a comunicação. Face a esta constatação, é de destacar um conjunto de recomendações: antes de mais, é fundamental que os profissionais verifiquem se as pessoas compreenderam a mensagem que lhes foi transmitida, utilizando recursos que tenham em conta diferentes vias, sem infantilizar o discurso (Leyton, 2016). Para além disso, é também muito importante: prestar atenção individualizada à pessoa, agindo de uma forma natural; usar uma linguagem clara e simples; dirigir questões para obter esclarecimentos acerca daquilo que foi compreendido; promover a participação em atividades lúdicas e práticas, que permitam o contacto direto com os elementos da exposição; efetuar a ligação entre os conteúdos explorados numa visita e a vida diária da pessoa; recorrer a materiais de apoio com uma linguagem adaptada, em leitura fácil e com apoio de pictogramas/imagens; realizar atividades de exploração; usar esquemas táteis; dinamizar visitas guiadas/mediação acessível e encenações teatrais (ANACPD, 2017; Mineiro, 2017; Salazar, 2019). Os recursos mencionados devem ser utilizados para assegurar que as pessoas com DID acedem com facilidade à informação de que necessitam, da forma que cada uma considerar mais confortável. Para tal, os profissionais dos espaços culturais devem recorrer à opinião da própria pessoa com DID ou aos seus acompanhantes – familiares

ou profissionais das instituições de apoio. Assim, poderão obter informações mais específicas sobre as características individuais (Santos; Souza, 2005), facilitando o acesso (Vlachou; Alves, 2007).

Um estudo de Martins (2017), a respeito do público com DID, desenvolvido na Fundação Calouste Gulbenkian, em articulação com a CERCICA (uma instituição de apoio a jovens e adultos com DID), destacou o papel do diálogo estabelecido entre os profissionais da Fundação responsáveis pela mediação de visitas e os visitantes. Este contemplava a troca de impressões, a formulação de perguntas provocadoras, a construção de uma narrativa relacionada com as experiências pessoais dos participantes e atividades em contexto de oficinas, que pretendiam fazer a ligação com entre os visitantes e as obras de arte. Cada sessão era singular, sendo realizadas reuniões prévias com os profissionais das instituições de apoio para estruturar as atividades em função dos perfis dos visitantes. Foram também utilizados materiais multissensoriais e de leitura fácil (os textos foram usados para potenciar a participação das pessoas com DID no contacto com a obra de arte, tendo sido desenvolvidos em parceria com a instituição de apoio). A autora destaca ainda o papel dos profissionais destas instituições enquanto facilitadores da comunicação entre as pessoas com DID e os profissionais dos espaços culturais. Os profissionais das instituições de apoio sublinharam ainda a importância de um trabalho de continuidade fora do contexto das visitas.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Esta investigação enquadra-se no paradigma Qualitativo, uma vez que se centra na análise das vivências dos participantes e traduz as suas perspetivas sobre a temática em estudo (Fortin, 2006; Clark; Creswell, 2015; Flick, 2023). Encontramo-nos a um nível Exploratório-Descritivo, tendo em conta que pretendemos alcançar uma interpretação mais aprofundada de factos relacionados com a fruição de pessoas com DID, partindo do conhecimento já reunido por outros autores, designadamente no que concerne às práticas recomendadas no atendimento a estas pessoas em contexto cultural.

3.2 CENÁRIO DE INVESTIGAÇÃO

Tendo em consideração os objetivos delineados e a facilidade de acesso às instituições, foram selecionadas três entidades portuguesas, duas delas culturais e uma de apoio a pessoas com DID.

O Museu Nacional de Machado de Castro (MNMC) apresenta-se como um dos museus de arte antiga mais significativos de Portugal e abrange a Arqueologia, a Escultura, a Ourivesaria, a Joalheria, a Pintura, o Desenho, a Cerâmica, os Têxteis e o Mobiliário (Museu Nacional De Machado De Castro, 2020). Na área da inclusão de pessoas com DID, dispõe do projeto "Imagens que guiam – comunicação acessível

no MNMC”, que integra o conhecimento de obras de arte e os saberes acumulados relativamente às características das pessoas com DID, em colaboração com a APPACDM de Coimbra.

O Convento São Francisco apresenta-se como um espaço multifuncional que atua ao nível da cultura, conhecimento, inovação e economia, com uma oferta que contempla espetáculos, exposições e oficinas (Coimbra cultura e congressos – Convento São Francisco, 2020).

A APPACDM (Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental) de Coimbra é uma instituição que tem como missão a criação de condições para que cada pessoa com deficiência intelectual, ou em situação de exclusão, possa alcançar a sua plenitude enquanto ser humano e social, considerando a sua individualidade e a sua real participação na sociedade. Abarca diversas respostas sociais, que incluem: Equipa de Intervenção Precoce, Creche e Jardim de Infância, Centro de Recursos para a Inclusão, Centro de Recursos ao IEFIP-IP, Formação Profissional, Centro de Atividades Ocupacionais, Lares Residenciais e Apoio Domiciliário. Nesta instituição, existem quatro Centros de Atividades Ocupacionais (Arganil, Montemor-o-Velho, S. Silvestre e Tocha), que apoiam a maximização da qualidade de vida das pessoas com DID, mediante um conjunto de respostas de habilitação, terapêuticas e de atividades socialmente úteis (APPACDM COIMBRA, s.d.).

3.3 PARTICIPANTES

Os participantes principais desta investigação correspondem a pessoas com DID que frequentam três Centros de Atividades Ocupacionais da APPACDM de Coimbra (Montemor-o-Velho, Arganil e Tocha). Com o intuito de selecionar a amostra do estudo, recorreremos a uma técnica de amostragem não probabilística, mais concretamente por conveniência (Dias, 2012; Carmo; Ferreira, 2008; Flick, 2023), tendo em consideração os seguintes critérios de inclusão: ter a idade mínima de 18 anos; apresentar incapacidade intelectual como diagnóstico clínico principal; demonstrar competências comunicativas suficientes para a participação numa entrevista; ter um consentimento informado assinado afirmativamente por si e pelo seu responsável legal. Para a seleção dos participantes, houve a colaboração dos profissionais da APPACDM de Coimbra responsáveis pela coordenação dos Centros de atividades Ocupacionais. Nesta escolha, foi considerado inicialmente um máximo de dez participantes, em cada visita. Já em contexto de pandemia por Covid-19, o número de participantes teve que ser reajustado, assim como a própria tipologia das visitas, que passaram de uma modalidade presencial para virtual. No total, o estudo incluiu dezoito participantes com DID, com uma média de idades correspondente a 38 anos.

3.4 PROCEDIMENTOS, TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

O estudo foi submetido à Comissão de Ética do Politécnico de Leiria, tendo obtido um parecer favorável, a 26 de fevereiro de 2020. Neste seguimento, foram solicitadas autorizações aos responsáveis das instituições para a sua realização e foram entregues consentimentos informados a todos os participantes com DID e aos seus responsáveis legais. Foi elaborada uma versão do documento em leitura fácil, para facilitar o seu entendimento por parte das pessoas com DID.

Para a concretização do estudo, recorreremos à técnica de observação, relacionada com a recolha de dados em contextos naturais (Cohen *et al.*, 2007; Flick, 2023). Foram observadas três visitas virtuais de grupos distintos de pessoas com DID ao MNMC (um grupo de cada CAO), assim como três visitas ao Convento São Francisco, nos mesmos moldes. Nos contextos mencionados, foi utilizada uma grelha de observação semiestruturada, para recolher dados sobre o esquema da visita, a forma como o espaço foi explorado, a preparação dos profissionais envolvidos, as necessidades demonstradas pelas pessoas com DID e as dinâmicas, técnicas e recursos usados pelos profissionais dos espaços culturais para potenciar a participação.

Atendendo ao número reduzido de participantes, recorreremos à utilização de inquéritos por entrevista semiestruturada para recolher informações complementares às obtidas no contexto de observação. As entrevistas às pessoas com DID tiveram em consideração o levantamento das suas perceções sobre a sua fruição em ambientes culturais e realizaram-se depois das visitas, em duas partes: a primeira contemplou informações gerais dos participantes e as suas considerações sobre a visita ao MNMC; a segunda recolheu apreciações sobre a visita ao Convento São Francisco.

3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a realização das entrevistas, foi efetuada a sua transcrição, garantindo o anonimato dos participantes, por meio da sua codificação (ex: EC-2 - profissional do espaço cultural). Posteriormente, para efetuar o tratamento dos dados, recorreremos à análise de conteúdo, comum nas investigações qualitativas (Amado *et al.*, 2014) e usada para descrever a matéria recolhida por diferentes meios de comunicação (Silva; Fossá, 2015). No nosso caso, selecionámo-la para analisar os dados obtidos na observação e nas entrevistas. Dentro da análise de conteúdo, efetuámos a análise temática/categorial, tendo as categorias sido definidas a priori (Amado *et al.*, 2014; Guerra, 2008; Mayring, 2022), partindo dos tópicos considerados nas grelhas de observação e nos guiões das entrevistas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 DINÂMICAS E RECURSOS USADOS PELOS ESPAÇOS CULTURAIS NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DID

Antes das visitas, as profissionais do MNMC tiveram acesso a um perfil de cada participante com DID, elaborado pelos profissionais da APPACDM, com informações gerais sobre as suas características. Este documento responde à necessidade de os profissionais de um espaço cultural conhecerem o seu público para adotarem estratégias que atendam às suas especificidades (Vlachou; Alves, 2007). Por outro lado, os profissionais da APPACDM tiveram antecipadamente acesso ao esquema em que iria decorrer a visita, a um guião em comunicação aumentativa acerca da obra de arte explorada e aos materiais disponibilizados para a visita. Estas trocas entre os profissionais atenderam à importância, veiculada por Tojal (2015), de estabelecer um trabalho de parceria para fomentar um diálogo mais eficaz com o público.

Por sua vez, antes do início das visitas ao Convento São Francisco, as profissionais da APPACDM mostraram fotografias dos seus espaços mais relevantes, a pedido da profissional desse contexto. Esta teve acesso ao número de participantes e aos seus nomes. As profissionais da APPACDM foram informadas do nome da exposição e que nela seriam manipulados objetos, para a obtenção de sons. Em comparação com as visitas ao MNMC, a profissional do Convento não solicitou mais informações sobre as características dos visitantes nem forneceu materiais para estarem disponíveis nos CAO's durante as visitas, pelo que não houve aqui uma atenção às necessidades e expectativas individuais dos visitantes.

De acordo com os dados obtidos através da técnica de observação, todas as visitas ao MNMC tiveram início no exterior do museu. Em cada uma delas foi explorada uma obra de arte: 1- Pintura da Senhora da Rosa; 2 – Conjunto escultórico Deposição de Jesus no túmulo; 3 – Retábulo de São Silvestre. Já as três visitas ao Convento corresponderam à exploração da exposição "Dar a ouvir – Paisagens sonoras da cidade". Nos dois contextos, as pessoas com DID permaneceram sentadas em frente a um projetor, e todas eram visíveis na câmara do computador.

A análise das dinâmicas usadas na promoção da participação das pessoas com DID nas visitas foi realizada a partir das recomendações de ANACPD (2017), Mineiro (2017), Salasar (2019) e Tojal (2015). Nas três visitas ao MNMC, foram transmitidas instruções aos participantes, para os preparar para a experiência (Miranda, 2001). Foram apresentados o espaço e o nome do museu e efetuadas as apresentações entre as pessoas envolvidas. Destacamos também a utilização regular de perguntas para estimular a participação das pessoas com DID, antes da explicação dos conteúdos (ex.: EC-2 – "Sabem-me dizer quem é a figura principal desta peça?"). No caso da visita 2, os participantes tinham explorado anteriormente o guião, tendo revelado muita satisfação por conseguir responder de forma acertada à maioria das questões,

o que vai ao encontro de Miranda (2001) que refere que os visitantes efetuam aprendizagens mais significativas quando têm uma participação ativa e realizam as suas próprias descobertas. Ao longo das visitas, as perguntas foram amplamente dirigidas para saber se os participantes tinham compreendido a mensagem (ex.: EC-2 – “Parece mais castanho, não parece?”). Em todas as visitas, as profissionais do MNMC valorizaram os contributos das pessoas com DID, expandindo-os na direção dos conteúdos conhecidos de cada obra (ex.: EC-2 – “Têm toda a razão. Um copo é aquilo que usamos para beber. Na religião, um cálice é para usar na missa”), o que reforça que a forma como os profissionais respondem aos visitantes contribui para a sua aprendizagem (Miranda, 2001; Nogueira; Bracchi, 2022). Um dos aspetos mais relevantes da visita 3 correspondeu a um momento em que as profissionais do MNMC satisfizeram um pedido de uma das participantes (DID-17 – “De todas essas estátuas, não tem aí uma estátua de Jesus crucificado?”), atravessando o museu até encontrar o elemento solicitado (EC-2 – “Só um momento! (...) Era isto que queria?”). Este dado assinala a necessidade de uma constante adaptação por parte destes profissionais além daquilo que planificaram como objetivos e conteúdos de uma visita, para atender às expectativas que cada visitante carrega relativamente ao espaço e à forma como pode interagir com ele (Santos, 2011; Cimadevila, 2023). Na mesma visita, houve uma constante formulação de perguntas pelos participantes, com o intuito de saber mais sobre o que observavam e ouviam (ex.: DID-17 – “Por acaso as asas dos anjos são douradas por causa dessa folha?”). Nas três visitas, registou-se a utilização de uma linguagem compreensível, com recurso a frases simples (ex.: EC-2 – “Há várias terras que têm esta pedra, o calcário. É uma pedra branca.”). Foi efetuada, de igual forma, a explicação de conceitos que não eram do conhecimento dos participantes (ex.: EC-2 – “Esta igreja é onde estão os túmulos, portanto o sítio para onde vão as pessoas quando morrem”), o que reforça que as profissionais do MNMC foram facilitadoras do diálogo entre o público e a obra de arte (Tojal, 2015; Velhinho; Almeida, 2023). O discurso utilizado pelas profissionais foi adequado à idade dos participantes. Nas três visitas, foi dada uma atenção individualizada a cada participante e existiu respeito pela sua temporalidade, o que se apresenta em conformidade com Leyton (2016), no destaque da escuta e da verificação da compreensão da mensagem como aspeto essencial para a eficácia da comunicação. Outro dos pontos a salientar nas três visitas foi o uso frequente de diferentes formas de perceção sensorial para facilitar o acesso à informação, indo ao encontro do preconizado por Mineiro (2004) e Sarraf (2012) relativamente à transformação dos conteúdos para que se tornem mais claros. Neste campo, ressaltaram quatro vias: auditiva; visual (utilização de guiões em comunicação aumentativa; utilização de objetos relacionados com as obras de arte); tátil (ex.: pedaços de madeira dourada e de pedra de Ançã da maleta pedagógica do MNMC); proprioceptiva (ex.: atividade de mimetização, na qual cada pessoa com DID assumiu o papel

de um dos elementos da obra, com recurso a adereços). A utilização de estratégias multissensoriais é um dos elementos essenciais para tornar possível o acesso aos conteúdos (Tojal, 2015). O recurso a materiais semelhantes aos ilustrados nas obras correspondeu também à promoção da participação em atividades práticas, outra das estratégias recomendadas (ANACPD, 2017; Mineiro, 2017; Salasar, 2019; Nogueira; Bracchi, 2022). Por ser uma visita virtual, as profissionais do MNMC enviaram para o CAO materiais que permitiram uma maior aproximação aos detalhes das peças e, assim, um maior envolvimento com as mesmas (Tojal, 2015). Dentro das dinâmicas recomendadas, a única que não se registou de forma tão efetiva correspondeu à ligação entre os conteúdos das visitas e a vida dos participantes.

No que concerne às visitas ao Convento, existiu uma estruturação inicial, com uma apresentação entre os participantes e uma introdução à visita, com a explicação dos conteúdos e dos autores da exposição. No percurso pela exposição, a profissional fez perguntas aos participantes, para saber o que estavam a ver e a ouvir, esperando para obter as suas respostas e partindo daí para avançar, com o apoio das profissionais da APPACDM. Esta estratégia de mediação usada pela profissional do Convento reflete o defendido por Tojal (2015), de que a valorização dos contributos dos participantes apoia a compreensão dos conteúdos e reforça o reconhecimento da pessoa enquanto parte do património cultural. Neste caso, as perguntas foram utilizadas frequentemente para perceber se os visitantes estavam a aceder aos estímulos, mais do que para saber se estavam a compreender a mensagem. A profissional do Convento tentou transmitir as ideias usando uma linguagem clara e simples, reformulando, por vezes, o seu discurso, para explicar conceitos de maior complexidade (ex.: EC-3 – “são todos objetos percussivos, ou seja, quando batem nalguma coisa fazem percussão.”). Assim, a interpretação do património cultural decorreu de forma flexível e adaptada (Miranda, 2001; Velhinho; Almeida, 2023). Em geral, a linguagem foi adequada à idade adulta, apesar do uso frequente de substantivos no diminutivo. Embora as visitas tenham sido virtuais, as pessoas participaram na exploração prática de equipamentos que produziam um som/imagem, mesmo não podendo acionar diretamente os seus mecanismos. Compreendemos que a participação em visitas presenciais poderia potenciar esta aproximação aos objetos, embora se tenha registado um esforço da parte da profissional do Convento, que contribuiu para a fruição do espaço. Este dado vem reforçar o que defende a ANACPD (2017) relativamente à importância do desempenho dos profissionais dos espaços culturais na inclusão efetiva dos seus visitantes. Por outro lado, ao longo das três visitas, foi muito evidente a ligação entre os conteúdos explorados e a vida das pessoas (ex.: EC-3 – “Onde vocês vivem há paisagens sonoras (...) Vocês vivem no campo ou na cidade?”). Consideramos que existiu uma atenção significativa ao quotidiano dos visitantes, o que, de acordo com Tojal (2015), pode permitir que estes sintam que integram o património cultural. O ritmo em que decorreram as visitas variou

bastante nas três sessões: na visita 4, a exploração dos equipamentos aconteceu de forma rápida, não tendo sido dado tempo suficiente para que as pessoas apreendessem a informação e respondessem com tranquilidade às diferentes solicitações; na visita 5, houve a preocupação de dar tempo aos participantes para usufruírem dos espaços e dos conteúdos e, quando necessário, as profissionais do CAO solicitavam a repetição da mensagem; na visita 6, o ritmo inicial foi mais acelerado, embora, com a participação espontânea das pessoas com DID, a profissional do Convento tenha ajustado a velocidade do seu discurso, garantindo mais oportunidades para que respondessem às solicitações e introduzissem novos tópicos. Notamos que a profissional foi adaptando o ritmo das visitas às necessidades evidenciadas, o que põe em relevo o respeito pela forma como as pessoas adquirem informação/conhecimento (Salasar, 2019). O discurso da profissional do Convento foi dirigido ao grupo e não a cada pessoa em particular. Existem ainda duas estratégias que geralmente são recomendadas no atendimento a este público e que não foram usadas: recurso a diferentes formas de percepção sensorial para a transmissão da informação e utilização de materiais de apoio em linguagem adaptada (Leyton, 2016; ANACPD, 2017; Mineiro, 2017; Salasar, 2019). Entendemos que uma perspectiva multimodal poderia ter facilitado o acesso à informação, com base no defendido por Mineiro (2004) e Sarraf (2012) e no que observamos no MNMC.

No que diz respeito às técnicas usadas para potencializar a participação das pessoas com DID, começamos por referir que a aproximação às obras de arte foi efetuada, nas três visitas ao MNMC, através da utilização de materiais diversificados, da transmissão de perguntas de provocação (ex.: EC-2 – “Era isto que queria? [apontando para uma peça de Jesus na cruz]”), uso de objetos (ex.: apresentação de outras obras de arte que não constavam do plano inicial da visita), utilização de sequências para gerir o grau de expectativa (ex.: EC-2 – “Vou contar-vos mais um segredo”), uso de imagens a ilustrar a informação oral e recurso à mimetização da obra de arte como cenário de interpretação do contexto histórico analisado. Dentro das técnicas descritas no quadro teórico, o único aspeto em que não houve um especial enfoque nas três visitas diz respeito à referência ao quotidiano dos visitantes. De qualquer modo, a participação/fruição das pessoas com DID foi favorecida (Miranda, 2001). Consideramos importante acrescentar que os profissionais da APPACDM contribuíram para a participação das pessoas nestas experiências, reformulando alguns dos enunciados das profissionais do espaço cultural. Estes resultados coincidem com os obtidos no estudo realizado por Martins (2017) e reforçam o papel destes técnicos como facilitadores da comunicação.

Já nas três visitas ao Convento, para potencializar a participação das pessoas com DID, foram usadas as seguintes técnicas: transmissão de perguntas que provoquem o público e que estimulem a sua participação; referência ao quotidiano dos visitantes (ex.: culinária); gestão do grau de expectativas dos

visitantes ao longo das visitas (ex: nas mudanças de contexto, era feito um enquadramento em relação à etapa seguinte, ligando os elementos). Nas três visitas, não foram usados objetos para provocar o público, nem imagens a ilustrar a informação oral, duas outras recomendações de Miranda (2001) para potenciar a fruição cultural. Consideramos que a profissional do Convento poderia ter recorrido a um maior leque de recursos que maximizassem a compreensão dos conteúdos pelos visitantes e a sua participação (Mineiro, 2004; Sarraf, 2012). Por fim, a técnica de criação de um cenário de interpretação de um contexto histórico não se aplicava à temática da exposição.

Quanto aos recursos materiais, durante as visitas ao MNMC, foi aplicado um leque alargado (Tojal, 2015; ANACPD, 2017; Mineiro, 2017; Salasar, 2019), para potenciar a acessibilidade e a fruição cultural: textos em leitura fácil e com apoio pictográfico, esquemas táteis (comparação entre a pedra de Ançã da maleta pedagógica do MNMC e o mármore), materiais de apoio (ex.: elementos introduzidos na exploração inicial das obras), mediação acessível e atividade de mimetização. Consideramos que as profissionais do MNMC tiraram partido de recursos que garantem um acesso facilitado aos conteúdos por parte das pessoas com DID e que estes se apresentaram como decisivos para a qualidade das visitas. Este uso corresponde a uma resposta otimizada dos espaços culturais no atendimento a pessoas com deficiência, designadamente a experiência direta com os objetos culturais por vias multissensoriais e a interação com os profissionais, para um diálogo eficaz entre o espaço cultural e os seus visitantes (Neves, 2010; Tojal, 2015).

Em relação ao Convento, a profissional utilizou a mediação acessível, nas três visitas, não tendo sido utilizados outros recursos recomendados. Atendendo ao defendido por Santos e Souza (2005), seria aconselhado o uso de recursos mais abrangentes para um acesso facilitado à informação, tendo em conta que, como vimos no contexto anterior, importa não só a mediação efetuada, mas também a experiência de contacto direto com os objetos. Ainda assim, a interação estabelecida com a profissional do Convento e as dinâmicas desenvolvidas contribuíram para a manifestação, no decurso das visitas, do desejo das pessoas com DID em participar em mais experiências neste espaço, sublinhando a importância da dimensão atitudinal da acessibilidade (Leyton, 2016).

Em suma, a respeito do MNMC, existiu um planeamento detalhado de dinâmicas e recursos potenciadores da fruição cultural das pessoas com DID, com maior destaque para: acesso atempado a perfis com a caracterização dos visitantes; promoção da participação das pessoas, através da valorização dos seus contributos e da adaptação às suas expectativas ao longo das visitas; uso de vias multissensoriais de acesso aos conteúdos; proposta de atividades práticas, que teve como auge a dinâmica de mimetização da obra de arte. Já nas visitas virtuais ao Convento, sobressaiu a importância da vertente atitudinal na

promoção da fruição cultural destas pessoas. Embora não tenham sido colocadas em prática algumas das recomendações dos autores, a profissional revelou capacidade de adaptação às exigências deste público, num trabalho de colaboração com as profissionais da APPACDM, com igual destaque para a referência frequente ao quotidiano dos visitantes, que possibilitou que estes se sentissem como parte integrante do património cultural.

4.2 PERCEPÇÕES DAS PESSOAS COM DID SOBRE AS VISITAS VIRTUAIS EM QUE PARTICIPARAM

Nas entrevistas realizadas, os participantes com DID recordaram sobretudo os aspetos mais concretos das visitas aos dois contextos. Após as visitas ao MNMC, descreveram o que viram (ex.: os materiais de que a obra era feita), o que fizeram (ex.: atividade de mimetização) e as pessoas com quem interagiram. Relativamente ao Convento, lembraram os objetos que viram, os sons que produziam, os seus materiais e os espaços envolventes. Existiu, assim, um enfoque nos elementos mais concretos das realidades com que contactaram, o que corresponde às características descritas pela American Psychiatric Association (2014). Algumas das pessoas descreveram a forma como participaram nas visitas ao Convento (ex.: na visita 5, alguns dos participantes conseguiram identificar um instrumento musical presente na exposição – tarola – e um deles mencionou esse tópico na entrevista), o que coloca em evidência que as pessoas demonstram uma maior satisfação nas descobertas que fazem por si próprias (Miranda, 2001), sendo muitas vezes essas as recordações que permanecem depois de uma visita.

Todos os participantes com DID consideraram que as visitas decorreram de forma positiva nos dois contextos. Como pontos favoráveis no MNMC, elencaram a forma como foram recebidos e a oportunidade de mimetizar e de saber mais sobre as obras de arte. No caso do Convento, referiram o que aprenderam, o contacto com realidades diferentes das habituais e a presença de elementos relacionados com a sua matriz cultural (ex.: igreja, tarola). Em relação a esse ponto, Leyton (2018) afirma que uma visita em grupo possibilita a construção conjunta de novos sentidos, a partir da vivência cultural anterior da pessoa, na comunidade a que pertence.

Todas as pessoas com DID referiram querer frequentar contextos similares ao MNMC e ao Convento com maior frequência, sobretudo porque lá encontram beleza e porque consideram que estas atividades são importantes para si e possibilitam experiências interessantes, que contribuem para um aumento do seu bem-estar. De facto, as pessoas com DID querem participar nas atividades em que participam as outras pessoas (Witso; Hauger, 2018), embora nem sempre o consigam fazer, pelos custos associados ou pela falta de companhia (Southby, 2019). Percebemos o impacto emocional que as experiências no MNMC e no Convento tiveram nos participantes e, assim, depreendemos que se tornou significativa

para muitos. Todas as pessoas utilizaram adjetivos positivos para descrever o MNMC e o Convento, destacando-se os que estão relacionados com a sua beleza e dimensão. Como principais funções, os participantes realçaram que o MNMC serve para mostrar obras de arte às pessoas, para que possam saber mais sobre o passado e a cultura religiosa. Uma das participantes ressaltou que este é um espaço de diálogo, onde é possível fazer perguntas a quem medeia as visitas (a mesma participante destacou como aspeto mais positivo o facto de ter sentido que lhe responderam a todas as questões que colocou neste contexto). A qualidade da participação destas pessoas nas visitas permitiu aceder a um entendimento de que a vivência cultural é um meio privilegiado de comunicação, que permite a criação livre de significado por cada pessoa e a redefinição da sua relação com os outros (Silva, 2010; ANACPD, 2016a). Por sua vez, no que concerne ao Convento, além de ser considerado um equipamento com a função de apresentar exposições/espetáculos, também constitui uma oportunidade de aprendizagem no contacto com outras pessoas e no alargamento dos conhecimentos sobre as atividades que desenvolvem em contexto de Cao. Para isso, parece ter contribuído a aproximação entre os elementos da exposição e o quotidiano dos visitantes (ANACPD, 2017; Mineiro, 2017; Salasar, 2019).

O atendimento prestado pelas profissionais dos dois espaços foi descrito como simpático e acolhedor. O discurso no MNMC foi considerado fácil de compreender, havendo disponibilidade para voltar a explicar quando necessário e para responder às questões. As profissionais do MNMC revelaram interesse pela opinião dos participantes, deram tempo para responder e manifestaram preocupação em saber se estavam a perceber e a gostar da experiência. No caso do Convento, um dos participantes afirmou que se sentiu tratado como pessoa e não como pessoa com deficiência. Estes dados realçam a ideia da ANACPD (2017) de que o desempenho dos profissionais dos espaços culturais é um pilar fundamental para que as pessoas com deficiência se sintam verdadeiramente incluídas. Em relação ao MNMC, foi ainda sublinhada a utilização de diferentes formas de acesso à informação, o que facilitou a aquisição de conhecimento. Um dos participantes fez referência à utilização de guiões em comunicação aumentativa como contributo para a boa interação que existiu entre todos. Outra das participantes destacou o apoio de uma das profissionais da APPACDM durante a visita. Estes resultados estão alinhados com o defendido por Miranda (2001), no sentido em que as pessoas tiram maior partido de uma visita quando nela fazem as suas próprias descobertas, quando sentem que participam ativamente e quando os conteúdos são explorados através de diferentes vias sensoriais. Por seu turno, segundo os participantes, a profissional do Convento também explicou os conteúdos de forma acessível, incentivou a sua participação e revelou preocupação em saber se estavam a compreender e a gostar, o que permitiu assegurar uma compreensão

otimizada por parte dos visitantes e um usufruto confortável dos espaços e dos seus conteúdos (Salasar, 2019).

No final destas entrevistas, vários participantes afirmaram querer visitar estes equipamentos de forma presencial, o que aponta para o facto de as visitas terem sido sentidas como significativas e, como defendem Cohen *et al.* (2012), geradora de emoções surpreendentes.

Em geral, consideramos que as pessoas com DID desfrutaram das experiências vividas no MNMC e no Convento e sentiram-nos como promotores do diálogo com os objetos culturais, identificando-se com eles e com a forma como foram atendidos. No caso do MNMC, tornou-se relevante o uso de instrumentos diversificados que permitiram um acesso facilitado aos conteúdos. Já em relação ao Convento, sublinha-se a importância da relação entre os conteúdos explorados e a matriz cultural dos visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos nesta investigação permitem-nos concluir que as pessoas com DID conseguem desfrutar de forma significativa destas experiências (mesmo que à distância), quando existem respostas concertadas que atendem às suas características individuais.

Relativamente ao MNMC, registam-se práticas dilatadas, como o acesso aos perfis individuais dos visitantes, o incentivo à participação e uma comunicação acessível. Estas práticas reforçam o seu papel enquanto mediador entre as pessoas e os objetos culturais (TOJAL, 2015) e realçam a importância de atender às especificidades de cada visitante, numa adaptação permanente pelos seus profissionais (Salasar, 2019).

Já no caso do Convento São Francisco, os recursos materiais usados não foram tão abrangentes, mas a mediação feita pela sua profissional sublinhou aspetos muito relevantes, como o incentivo à participação das pessoas com DID e o ajuste do ritmo e linguagem às necessidades evidenciadas. Poder-se-ia ter recorrido a materiais com uma linguagem adaptada e a atividades práticas de consolidação (ANACDP, 2017; Mineiro, 2017; Salasar, 2019).

Globalmente, realçamos a importância de um trabalho de colaboração entre os profissionais das instituições de apoio e dos espaços culturais, sobretudo antes da realização de visitas, para partilha de informação sobre os objetos culturais e os perfis dos visitantes, além da criação de soluções conjuntas que permitam às pessoas com DID uma fruição de qualidade, em igualdade de oportunidades com a população em geral. Este trabalho não é apenas benéfico para as pessoas que recebem apoio na instituição com quem é estabelecida parceria, pois nele são desenvolvidos materiais e experimentadas estratégias que poderão ser implementadas junto de outros visitantes, com a mesma condição ou necessidades

similares (ex.: idosos). Salientamos, neste sentido, a pertinência de alargar esta investigação a outras instituições de apoio e espaços culturais com menos experiência neste domínio.

REFERÊNCIAS

ALONSO, M. *et al.* Últimos avances en el enfoque y concepción de las personas con discapacidad intelectual. **Siglocero**, Salamanca, n. 41, p. 7-21, 2010.

AMADO, J. *et al.* Análise de Conteúdo. In: AMADO, J. (Org.). **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 301-351.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM – 5 - Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Virgínia: APA, 2014.

APPACDM Coimbra. (s.d.). **Quem Somos**. Disponível em <http://www.appacdmcoimbra.pt/quem-somos/missao-e-visao/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

APPACDM Coimbra. (s.d.). Respostas. Disponível em: <http://www.appacdmcoimbra.pt/o-quetemos/respostas/centro-de-atividadesocupacionais/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTE E CRIATIVIDADE E PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ANACPD. **A Arte Pertence a Todos – Boas Práticas Artísticas e Culturais**. Lisboa: ANACED, 2016a.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTE E CRIATIVIDADE E PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – ANACPD. **As vozes do silêncio - Projeto de Investigação no âmbito da acessibilidade de pessoas com deficiência aos espaços culturais - Relatório Final**. Lisboa: ANACED, 2016b.

BADIA, M. *et al.* Patterns and determinants of leisure participation of youth and adults with developmental disabilities. **JIDR**, Missouri, n. 57, p. 319-332. 2013.

CARDOSO, E. *et al.* Tecnologias Tridimensionais para Acessibilidade em Museus. **SIGraDI**, Disponível em: https://papers.cumincad.org/data/works/att/sigradi2013_64.content.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

CARDOSO, E. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: contextualização e aplicações. In: CARDOSO, E.; CUTY, J. (Orgs.) **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. p. 38-59.

CARMO, H. *et al.* **Metodologia da Investigação. Guia para a Auto-Aprendizagem.** Lisboa: Universidade Aberta, 2008.

CIMADEVILA, A. "Passarela performática": um caminho de comunicação na moda. **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v.1, p. 25-35, jan./jun. 2023.

CLARK, V. *et al.* **Understanding Research: A consumer's guide.** USA: Pearson Education, 2015.

COBIGO, V. *et al.* Social Inclusion: A Proposed Framework to Inform Policy and Service Outcomes Evaluation. **Inclusion**, n. 4, p. 226-238, 2016.

COHEN, L. *et al.* **Research Methods in Education.** New York: Routledge, 2007.

COHEN, R. *et al.* **Acessibilidade a Museus – Cadernos Museológicos – Volume 2.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus. 2012.

COIMBRA CULTURA E CONGRESSOS – CONVENTO SÃO FRANCISCO. (2020). Missão, Visão e Valores. Disponível em: <http://www.coimbraconvento.pt/pt/convento-sao-francisco/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

COIMBRA CULTURA E CONGRESSOS – CONVENTO SÃO FRANCISCO. (2020). **Projeto Educativo e de Mediação de Públicos.** Disponível em: <http://www.coimbraconvento.pt/pt/agendacultural/projeto-educativo-e-demediacao-de-publicos/>. Acesso em: 13 de mai. 2020.

CUADRADO, J. *et al.* Experiencias de Empoderamiento de Personas con Discapacidad Intelectual o del Desarrollo. **Siglocero**, Salamanca, n.44, p. 22-35. 2013.

DEPARTMENT OF HEALTH. **Valuing People – A New Strategie for Learning Disability for the 21st Century.** Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/250877/5086.pdf. Acesso em: 1 out. 2020.

DIAS, M. **Planos de Investigação.** Santa Maria da Feira: Rainho & Neves Lda, 2010.

EARDLEY, A. *et al.* Redefining Access: Embracing multimodality, memorability and shared experience in Museums. **Curator the Museum Journal**, New Jersey, n.59, p. 263-286, jul.2016.

EUROPEAN UNION. **Union of Equality: Strategy for the Rights of Persons with Disabilities 2021-2030.** Brussels: European Union, 2021.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. Berlin: Freie Universität Berlin, 2023.

FORTIN, M. **Fundamento e etapas do processo de investigação**. Loures: Lusodidacta, 2006.

INCLUSION INTERNATIONAL. **Comunidades inclusivas = comunidades más fuertes –Informe mundial sobre el artículo 19: el derecho a vivir y a ser incluído en la comunidade**. 2012. Disponível em: <http://inclusion-international.org/wpcontent/uploads/2010/05/GlobalReport-2012-SPAN-Col-dr3-med.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO – INR. **Guia prático – Os direitos das pessoas com deficiência em Portugal**. Lisboa: Simplex+, 2019.

LEYTON, D. Acesso à cidade e ao direito de ir e vir: qual a real acessibilidade que usufruímos. In: MUSEU DE TELECOMUNICAÇÕES (Org.). **Acessibilidades Oi Futuro – Programa Educativo Museu das Telecomunicações**. Rio de Janeiro: Instituto Telemar, 2016, p.7-8.

LEYTON, D. Visitas mediadas + Experiências poéticas – A construção de sentido no contacto com a arte. In MINISTÉRIO DA CULTURA E MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO MARTINS, P. **Museus (In) capacitantes – Deficiência, Incapacidade e Inclusão em Museus de Arte**. Lisboa: Caleidoscópico, 2017.

MARUJO, N. A cultura, o turismo e o turista: que relação?. **TURyDES – Revista de Turismo y Desarrollo**, Málaga, n. 6, p. 1-12, jun.2014.

MAYRING, P. **Qualitative Content Analysis: A Step-by-Step Guide**. London: SAGE Publications Ltd, 2022.

MINEIRO, C. **Guia de Boas Práticas de Acessibilidade – Comunicação Inclusiva em Monumentos, Palácios e Museus**. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 2017.

MINEIRO, C. **Temas de Museologia – Museus e Acessibilidade**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004.

MIRANDA, J. **Guía Práctica para la Interpretación del Patrimonio - El arte de acercar el legado natural y cultural al público visitante**. Andalucía: Junta de Andalucía – Consejería de Cultura, 2001.

MONTEIRO, A. *et al.* Psicologia nos Museus e Museus na Psicologia: Serviço Educativo do Museu Nacional do Azulejo. In: MATA, L. *et al.* (Org.) **Actas do 12º Colóquio de Psicologia e Educação**. Lisboa: ISPA, 2012, p. 1568-1582.

MOUTINHO, A. Tirar prazer da obra de arte?. **Mealibra**, Porto, n.9, p. 227-228, dez.2001.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO. Museu. 2020. Disponível em: <http://www.museumachadocastro.gov.pt/pt-PT/museu/ContentList.aspx>. Acesso em: 1 out. 2020.

MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO. Coleções. 2020. Disponível em: <http://www.museumachadocastro.gov.pt/pt-PT/colecoes/ContentList.aspx>. Acesso em: 1 out. 2020.

NEVES, J. Museus acessíveis... Museus para todos?!. In: SANTOS, M.(Org.) **Turismo Rural, Territórios e Identidade**. Porto: Edições Afrontamento & IPEiria, 2010. p. 107-121.

NEVES, J. A comunicação inclusiva na dinamização e preservação do património cultural. **FAEEBA**, Salvador, n.26, p.19-33, set./dez. 2017.

NOGUEIRA, B.; BRACCHI, D. Diálogos entre educação, arte e política cultural no Brasil. **SciELOPreprints**, p. 1-19, 2022.

NORONHA, R. Impressões sobre a exposição "modelar no tempo: iberê e a moda". **Revista Prâksis**, Novo Hamburgo, v.1, p. 133-143, jan./jun. 2023.

PAULO (Org.). **Educação e acessibilidade – Experiências no MAM**. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, 2018, p.18-27.

SALASAR, D. **Um museu para todos**: manual para programas de acessibilidade. Pelotas: UFPel, 2019.

SANTOS, S. Museus inclusivos: realidade ou utopia. In: SEMEDO, A. (Org.) **Ensaio e práticas em museologia**. Porto: Universidade do Porto, 2011, p. 306-325.

SANTOS, M. *et al.* **Museologia – Roteiros práticos**: Vol. 8. Acessibilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SARRAF, V. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, E. *et al.* (Org.) **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012. p. 60-79.

SARRAF, V. Quais os benefícios da acessibilidade para o público diverso. In: MUSEU DAS TELECOMUNICAÇÕES (Org.) **Acessibilidades Oi Futuro – Programa Educativo Museu das Telecomunicações**. Rio de Janeiro: Instituto Telemar, 2016. p. 9-23.

SASSAKI, R. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, p. 10-16, mar./abr. 2009.

SCHALOCK, R. L. *et al.* (Eds.). **Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports**. Washington: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2021

SECRETARIADO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO E INTERGRAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - SNRIPD. **1º Plano de Ação para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2006.

SILVA, E. Cultura e desenvolvimento humano – O papel do Estado e da sociedade civil na consolidação da cidadania cultural. **Revista de informação legislativa**, Brasília, n.47, p.105-122. 2010.

SILVA, A. *et al.* Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s - Revista Eletrônica**, Paraíba, n.17, 2015.

SOUTHBY, K. An exploration and proposed taxonomy of leisure-befriending for adults with learning disabilities. **British Journal of Learning Disabilities**, Birmingham, n.47, p.223-232. 2019.

TOJAL, A. Política de Acessibilidade Comunicacional em Museus: para quê e para quem?. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, n. 4, p.190-202, nov.2015.

VELHINHO, A.; ALMEIDA, P. O Legado da Memória Coletiva na Cultura Digital: Digitalização, Mapeamento Cultural e Cocriação. **Braga: Comunicação e Sociedade**, vol. 43, p. 1-19, 2023.

VLACHOU, M. *et al.* Acessibilidade nos Museus. In: PRAÇA, J. (Org.) **Serviços Educativos na Cultura. Setepés**, Porto, 2007. p. 98-107.

WITSO, A. *et al.* 'It's our everyday life' – The perspectives of persons with intellectual disabilities in Norway. **Journal of Intellectual Disabilities**, Dublin, n.20, p.1-15, 2018.